

INTRODUÇÃO

Em 1987, a divulgação do *Relatório Brundtland*, intitulado Nosso futuro comum, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (1988), popularizou a expressão “desenvolvimento sustentável” e sua definição, considerada a mais próxima do consenso oficial.

Mesmo esse relatório não apresentando um construto facilmente operacionalizável, suas linhas mestras revelam uma ideia-força que estabelece um contrato entre gerações, já que esse documento (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 46) encerra o seguinte: “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades”. Assume uma visão crítica ao modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, ressaltando que o progresso econômico e social não pode se fundamentar na exploração indiscriminada e devastadora da natureza.

De acordo com o *Relatório Brundtland* (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 49), o desenvolvimento sustentável deve ser entendido como:

[...] um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas.

Com o avanço das discussões sobre o significado e as consequências dessa ideia-força nas diferentes esferas sociais, também começam a surgir iniciativas para concebê-la e materializá-la no contexto das organizações empresariais. Entre elas, está a iniciativa do sociólogo inglês John Elkington de fundar a consultoria *SustainAbility*, pregando um modelo de mudança social fundamentado no *triple bottom line* ou tripé da sustentabilidade, que prevê a integração entre as dimensões econômica, humana e ambiental, com o propósito de prestar atendimento, de forma equilibrada, às pessoas, ao planeta e ao lucro. Esse modelo de mudança social parte da ideia de que as organizações devem medir o valor que geram ou o

que destroem, nas dimensões econômica, social e ambiental (SUSTAINABILITY, 2008; ELKINGTON, 1999).

Elkington (1999, p. 397) enfatiza que a sustentabilidade deve ser entendida como um modelo de gestão de negócios que visa ao retorno (lucro) para os acionistas, envolvendo o desenvolvimento econômico, a promoção social e a proteção dos recursos naturais do planeta: “Os negócios precisam ser gerenciados não apenas do ponto de vista financeiro, mas também considerando aspectos sociais e ambientais”.

A proliferação dessa ideia começa a ganhar força nos discursos empresariais, o que se pode constatar na intensa busca das empresas em apresentar relatórios que enfatizem iniciativas em prol da sustentabilidade, bem como pelo alto investimento em propagandas que remetem às chamadas ações social e ambientalmente responsáveis. Mas, apesar de as organizações terem adotado tal discurso ostensivamente, o que nem sempre condiz com as ações que elas desenvolvem internamente, ainda há um imenso desafio para incorporá-lo no universo empresarial.

Quando se trata de sustentabilidade, um fenômeno comum é o da existência de empresas em que coexistem características mistas. Ao mesmo tempo que uma organização pode apresentar um ótimo indicador de *performance* em relação aos cuidados com o meio ambiente, pode revelar-se pífia em suas iniciativas em relação à discriminação em seu quadro funcional, por exemplo. O tripé da sustentabilidade dificilmente se completa. Opta-se, em muitos casos, por ações desconectadas e/ou circunscritas.

A própria definição do que é sustentabilidade se constitui como um fator que contribui para a dificuldade de operacionalizar o conceito, torná-lo de fácil compreensão e passível de orientar ações que apresentem resultados concretos, tanto no âmbito das universidades quanto, mais especificamente, das escolas de Administração, como espaços produtores de pesquisas sobre o tema e potencializadores de mudança de mentalidade, bem como no âmbito das empresas, como responsáveis pela gestão de processos e de práticas capazes de conscientizar (ou não) e influenciar (ou não) maneiras de fazer negócios que oportunizem iniciativas de sustentabilidade.

Scott (2002) contabiliza mais de 300 definições diferentes para o termo, o que faz com que se ratifique a afirmação de que, de tão genérica, a expressão, por vezes, desperta a descrença em sua viabilidade, já que a abrangência do conceito apresenta uma dificuldade intrínseca.

O construto pede um olhar holístico capaz de criar capilaridade no interior das organizações, o que exige, por consequência, uma formação interdisciplinar do administrador, que permita promover reais condições de materialização do conjunto de princípios que comportam a ideia de sustentabilidade. Isso implica

olhar a sustentabilidade além da gestão ambiental, foco comumente privilegiado nas pesquisas na área e considerado pelas políticas organizacionais. Parece ser necessário incorporar, nas discussões sobre sustentabilidade, também a questão da gestão social nas organizações, o que implica analisar e refletir acerca de temas como: diversidade, responsabilidade social interna, direitos humanos, direito dos trabalhadores, transparência, postura ética, promoção e participação em projetos de cunho social, entre outros.

Considera-se ainda fundamental pensar nas questões do desenvolvimento sustentável a partir de um foco educacional, centrado no exame da contribuição que a educação superior, especificamente os cursos de Administração, pode oferecer nesse processo.

Como mostra Kraemer (2004), desde os anos 1990, um conjunto de declarações e cartas de princípios para engajamento das universidades reflete esforços nessa direção: a Declaração de Talloires, em 1990; a Declaração de Halifax, em 1991; os Acordos da Conferência da Terra; a Declaração de Kyoto; e a Carta Copernicus. O objetivo desses documentos é potencializar a capacidade da universidade de ensinar, investigar e agir para a sustentabilidade. Em suas linhas diretas, estabelecem como papel do ensino superior o de promover uma liderança capaz de mobilizar para o tema; educar; desenvolver pesquisas interdisciplinares, com participação de agentes de governos, empresas e sociedade civil; disponibilizar dados e informações que alimentem políticas públicas; produzir literatura ambiental; fomentar ações em comunidades locais, entre outras possibilidades de ação.

No entanto, para que esse tipo de atitude transformadora se desenvolva, há de se contar, como defendem Bouwen e Taillieu (2004, p. 137), com a participação de múltiplos atores que promovam aprendizagem social (*social learning*): “[...] por meio do compartilhamento de problemas e perspectivas e trabalhando com diferentes tipos de conhecimento e competências, múltiplos atores ou *stakeholders* [...]”.

Para Woodhill (2003 apud BOUWEN; TAILLIEU, 2004), *social learning* é um processo pelo qual comunidades, grupos de *stakeholders* ou sociedades aprendem como inovar e se adaptar em resposta às condições de mudanças sociais e ambientais. Como explicam Bouwen e Taillieu (2004), tal definição remete à construção da capacidade de avaliar, consciente e criticamente, as consequências de nosso comportamento e de nosso entendimento, bem como compreender a influência das estruturas sociais e das instituições na forma como pensamos e agimos.

Social learning engaja ativamente diferentes grupos da sociedade em um processo comunicativo de entendimento dos problemas, conflitos e dilemas sociais para criar estratégias de melhoramento. É mais do que apenas “participação

comunitária” ou aprendizagem em grupo, envolve entendimento das limitações das instituições e dos mecanismos de governança (BOUWEN; TAILLIEU, 2004).

De acordo com esse pensamento, no âmbito dos cursos de Administração, é fundamental facilitar a aprendizagem social por parte de alunos, professores e da própria direção acadêmica. Isso significa criar situações em que as pessoas possam aprender, coletivamente, como atuar para melhorarem a condição em que vivem.

Wals, Krasny e Hart (2007, p. 2) explicam que o sucesso da aprendizagem social depende, em grande medida, das metas coletivas e da visão compartilhada daqueles que se engajam no processo de aprendizagem, o que não quer dizer que se valorize o pensamento único, ao contrário:

Se as metas coletivas e/ou visões podem realmente ser alcançadas, isso depende da intensidade e do montante de espaço para conflitos, oposições e contradições. Dada a importância do conflito e da dissonância em aprendizagem social, é importante estar atento aos princípios de dissonância e às zonas de conforto das pessoas. Simplificando: não há aprendizagem sem dissonância, e não há aprendizagem com dissonância excessiva! Um importante papel dos facilitadores da aprendizagem social e, na realidade, dos educadores ambientais é criar um espaço para visões alternativas que conduzem a vários níveis de dissonância necessária para desencadear aprendizagem tanto no nível individual como no coletivo.

De acordo com Clugston e Calder (1999), cada instituição de ensino comprometida com essa perspectiva terá de encontrar sua própria forma de definir seu significado. Para que as escolas de Administração assumam seu papel como agentes de mudança, é preciso que administradores se constituam como atores sociais que terão um papel importante no processo de tornar a sustentabilidade um ideal a ser perseguido, e não um modismo, uma mera narrativa sem lastro com a realidade com que os negócios são conduzidos.

Sustentada por um princípio ético fundador, tal preocupação tem um impacto direto sobre a estratégia e a estrutura organizacional. No plano individual, remete a repensar o papel dos administradores, já que exige a capacidade de tomar decisões e agir em direção aos interesses coletivos, compreendidos aqui tanto pelo conjunto de sujeitos que sofrem o impacto das ações corporativas como pelo próprio meio ambiente. Por consequência, a proposta educativa tem de abranger todos os níveis de análise que a discussão sobre gestão social e ambiental comporta: individual, grupal e organizacional.

A partir dessas preocupações é que se propôs a temática que orientou a chamada para este volume especial da *Revista de Administração Mackenzie* (RAM).

Esse tema tem sido objeto de estudo de um grupo de professores-pesquisadores que integram o Núcleo de Pesquisa e Formação em Administração (Nupes), vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas e ao Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da Universidade Presbiteriana Mackenzie. A preocupação com o desenvolvimento sustentável, nesse espaço institucional, também está presente na iniciativa que culminou na articulação de um projeto Pró-Administração – proposto e aprovado pela Capes –, com o título “Gestão social, comunidades de aprendizagem e educação para a sustentabilidade: contribuições para a formação da nova geração de administradores”, sob a coordenação geral da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Esta edição especial é um dos frutos desse projeto Pró-Administração que representa um esforço da Capes em criar, fortalecer e ampliar, no escopo do ensino e da pesquisa, temas considerados estratégicos para o país, entre eles a gestão social e ambiental.

Entende-se que tais iniciativas são relevantes e fazem sentido, na medida em que os riscos contemporâneos – ambientais e tecnológicos – que cercam nossa sociedade e geram graves consequências, as quais, cotidianamente, mostram os limites e a transformação de nossa modernidade, precisam ser objeto de reflexão (BECK, 1997).

Segundo Jacobi (2007, p. 55), apoiando-se em Beck (1997):

A sociedade, produtora de riscos, se torna crescentemente reflexiva, o que significa dizer que ela se torna um tema e um problema para si própria. A sociedade se torna cada vez mais autocrítica, e ao mesmo tempo em que a humanidade põe a si em perigo, reconhece os riscos que produz e reage diante disso. A sociedade global “reflexiva” se vê obrigada a autoconfrontar-se com aquilo que criou, seja de positivo ou de negativo.

Nesse sentido, acredita-se que o mundo acadêmico pode contribuir para essa postura de “reflexividade”, e foi com esse objetivo que se buscou estimular pesquisadores a apresentar artigos que tratassem do “desenvolvimento sustentável” a partir de diferentes focos temáticos e que envolvessem tanto um olhar teórico quanto a pesquisa de campo.

Procurou-se, assim, promover não só a pluralidade de visões sobre o tema, necessária para o desenvolvimento da capacidade crítica e analítica de pesquisadores, professores e estudantes, mas propiciar o aparecimento de estudos que, de alguma forma, estimulassem e envolvessem os leitores em um profícuo esforço dialógico com os textos apresentados.

Esta edição especial da RAM reúne, portanto, um conjunto de artigos que contemplam algumas das questões aqui relatadas, problematizando seus desafios e oferecendo uma contribuição ao avanço dessa temática de estudo no Brasil.

O primeiro artigo, de natureza teórica, intitulado “Educação para a sustentabilidade nos cursos de Administração: reflexão sobre paradigmas e práticas”, dialoga com a literatura internacional mais recente, iluminando os principais desafios conceituais para educar indivíduos responsáveis e comprometidos com a sustentabilidade.

Nesse contexto, articula-se uma reflexão sobre as principais vertentes de pensamento e os debates atuais, identificando as ambiguidades, contradições e possibilidades de integração do tema da sustentabilidade nos cursos de Administração. Os autores trazem à tona a temática da sustentabilidade nas empresas e seu diálogo com a academia, tendo como base as implicações da emergência da sociedade de risco para a educação superior e as escolas de Administração.

Em “Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios”, os autores resgataram aspectos históricos e conceituais de uma extensa base documental, tendo como objetivo articular a gênese da concepção de educação ambiental (EA), associada ao movimento do desenvolvimento sustentável e ao debate que surgiu ao longo dessa trajetória, com a proposta de educação para o desenvolvimento sustentável (EDS). Tendo como base as principais iniciativas voluntárias para a inserção das instituições de ensino superior no movimento do desenvolvimento sustentável, o artigo propõe ainda algumas considerações que visem dar sentido à EA e incorporá-la nos cursos de Administração e em outros de nível superior.

De natureza teórico-empírica e quantitativa, o terceiro artigo, “Transformando o discurso em prática: uma análise dos motivos e das preocupações que influenciam o comportamento pró-ambiental”, contribui para a compreensão sobre como os motivos e as preocupações ambientais se relacionam diante da perspectiva de ação dos estudantes de um curso de Administração diante das práticas de conservação do meio ambiente. Os autores refletem sobre a importância de compreender essa relação para uma melhor abordagem da educação ambiental (EA) no ensino superior.

O artigo “Desenvolvimento sustentável, consumo e cidadania: um estudo sobre a (des)articulação da comunicação de organizações da sociedade civil, do Estado e das empresas”, de natureza teórico-empírica e qualitativa, problematiza o consumo sustentável, considerando múltiplos atores sociais. Tendo como referência o debate sobre cidadania socioambiental, os autores buscam compreender os alcances e os limites das diferentes formas de se renovar o consumo por meio da mobilização social em direção ao desenvolvimento sustentável.

Com enfoque na temática da sustentabilidade na práxis profissional, o quinto artigo, teórico-empírico e qualitativo, “Paradigmas ambientais nos relatos de sustentabilidade de organizações do setor de energia elétrica”, teve como objetivo compreender os significados atribuídos à sustentabilidade nas organizações e como esses significados se relacionam aos paradigmas ambientais compartilhados.

Em linha convergente, o ensaio “Uma compreensão da sustentabilidade por meio dos níveis de complexidade das decisões organizacionais” propõe uma construção teórica que teve como objetivo estruturar uma matriz de complexidade das decisões organizacionais direcionadas à sustentabilidade. A leitura do artigo ativará *insights* sobre como os decisores e/ou pesquisadores poderão classificar as decisões consideradas relevantes e tomar decisões complexas que integrem satisfatoriamente as dimensões da sustentabilidade.

Esperamos que os artigos que compõem esta edição sirvam de estímulo para a realização de mais pesquisas sobre as questões e os desafios do desenvolvimento sustentável para o mundo acadêmico, a práxis profissional e as escolas de Administração, a fim de gerar conhecimento sobre essas temáticas e sua gestão no Brasil.

Finalmente, gostaríamos de agradecer aos pareceristas e autores por suas dedicações nas revisões dos artigos que compuseram este número especial da RAM.

ANA SILVIA ROCHA IPIRANGA

Editora convidada

*Doutora em Psicologia do trabalho e da Organização pela
Università Alma Mater Studiorum di Bologna (Unibo), Itália.*

*Professora do Mestrado Acadêmico em Administração da
Universidade Estadual do Ceará (Uece).*

E-mail: ana.silvia@pq.cnpq.br

ARILDA SCHMIDT GODOY

Editora convidada

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP).

*Professora do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).*

E-mail: arilda.godoy@mackenzie.br

JANETTE BRUNSTEIN

Editora convidada

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP).

*Professora do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).*

E-mail: janette@mackenzie.com.br

REFERÊNCIAS

- BECK, U. A Reinvenção da política. In: GIDDENS, A. et al. *Modernização reflexiva*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- BOUWEN, R.; TAILLIEU, T. Multi-party collaboration as social learning for interdependence developing relational knowing for sustainable natural resource management. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, n. 14, p. 137 -153, May/June 2004.
- CLUGSTON, R. M.; CALDER, W. Critical dimensions of sustainability in Higher Education. In: LEAL FILHO, W. (Ed.) *Sustanability and university life*. Frankfurt am Main: Peter Lanz, 1999. p. 31-46.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.
- ELKINGTON, J. *Cannibals with forks*. Canada: New Society, 1999.
- JACOBI, P. R. Educar na sociedade de risco: o desafio de construir alternativas. *Pesquisa em Educação Ambiental*, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 49-65, jul./dez. 2007.
- KRAEMER, M. E. P. A universidade do século XXI rumo ao desenvolvimento sustentável. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 3, n. 2, p. 1-21, 2004.
- SCOTT, W. Education and sustainable development: challenges, responsibilities, and frames of mind. *The Trumpeter*, v. 18, n. 1, p. 22-34, 2002.
- SUSTAINABILITY. *About sustainability*. London, 2008. Disponível em: <<http://www.sustainability.com.br>>. Acesso em: 10 mar. 2011.
- WALS, A. E. J.; KRASNY, M.; HART, P. Social learning, sustainability and environmental education research. In: THE ANNUAL MEETING OF THE NORTH AMERICAN ASSOCIATION FOR ENVIRONMENTAL EDUCATION, 36., 2007, Virginia. *Paper...* Virginia, 2007. Disponível em: <http://www.allacademic.com/meta/p186905_index.html>. Acesso em: 18 dez. 2010.